

Ata Resumo da Reunião n.º 02/2022 – 03/03/2022

Ordem de Trabalhos

- Ponto 1.** Aprovação da Ordem de Trabalhos;
- Ponto 2.** Aprovação da Ata e da Ata Resumo da última reunião;
- Ponto 3.** Informações do Conselho Diretivo;
- Ponto 4.** Discussão geral sobre a situação da ADSE;
- Ponto 5.** Outros assuntos | Pareceres do CGS previstos;
- Ponto 6.** Marcação da próxima reunião.

Participaram na reunião todos os seus membros: 13 Conselheiros em efetividade de funções, os 3 membros do Conselho Diretivo e a Fiscal Único.

Destes estiveram presentes presencialmente 3 Conselheiros, 1 membro do Conselho Diretivo e a Fiscal Único.

Foram aprovadas por unanimidade a Ordem de Trabalhos da reunião e a Ata e Ata Resumo da reunião anterior.

No Ponto de Informações do Conselho Diretivo, este fez um balanço das atividades em curso e das principais decisões tomadas, das quais destacamos:

- As decisões relativas à utilização de dispositivos médicos (próteses), de modo a que os Beneficiários continuem a ter o mesmo acesso aos mesmos;
- A intenção do Conselho Diretivo de contratar uma das grandes empresas de Consultoria, para certificar os valores apurados para as Regularizações dos Prestadores de Saúde de 2015 a 2021;
- Que o Conselho Diretivo está a diligenciar na reativação do Colégio de Governo criado pelo Decreto-Lei n.º 154/2015, com 1 representante do Ministério da Saúde e 3 representantes dos Subsistemas Públicos, para discutir as relações entre os mesmos.

- Que há inscrição de mais médicos para o regime convencionado, existindo 5.700 médicos inscritos pelos grandes prestadores, dos quais cerca de 880 foram associados a partir de janeiro de 2022.

No debate que se seguiu foram em especial abordadas as seguintes questões:

- A necessidade de encontrar uma solução para que nos exames ou análises receitadas pelos Centros de Saúde, os Beneficiários mantenham a possibilidade de optar por realizar no SNS ou pela ADSE, após decisão em contrário do Ministério da Saúde;
- A revisão do despacho do Conselho Diretivo de outubro de 2020 relativo à inscrição de Beneficiários familiares na ADSE;
- A escassez dos recursos humanos na ADSE e os modos de a colmatar;
- A necessidade de revisão dos Decretos-Lei n.ºs 7/2017 e 118/83, bem como a necessidade de analisar a questão dos pagamentos Autarquias Locais, as inscrições dos respetivos CIT's e a questão dos isentos.

A próxima reunião do CGS foi marcada para 29 de março, para discussão do Parecer sobre o Plano de Atividades para 2022 que o Conselho Diretivo se comprometeu a enviar no curto prazo.